

# OS POLOS AGROFLORESTAIS EM RIO BRANCO, ACRE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA SUA VIABILIDADE ECONÔMICA E CONSUMO FAMILIAR<sup>1</sup>

## THE AGROFORESTRY POLES IN RIO BRANCO, ACRE: AN ANALYSIS OF THE ECONOMICAL VIABILITY AND HOUSEHOLD CONSUMPTION

Elyson Ferreira de Souza<sup>2</sup>  
Neide Maria de Almeida Pinto<sup>3</sup>  
Ana Louise de Carvalho Fiúza<sup>4</sup>

### 1. RESUMO

A partir de 1990, os Polos Agroflorestais passam a ser implementados em Rio Branco, Acre, como uma alternativa de desenvolvimento sustentável e como uma política do Estado para amenizar os problemas de ordem social e ambiental no município. Nesse artigo analisou-se a viabilidade dessa política a partir das condições econômicas e consumo das famílias assentadas. Foram entrevistadas 90 famílias, tendo sido ouvidos os principais mantenedores do núcleo familiar. Os resultados revelaram um quadro de privações relacionadas às condições de vida das famílias que ameaça comprometer a sucessão e sustentabilidade dos Pólos. Concluiu-se que, para que haja melhoras efetivas nas condições de vida das famílias que residem nos PA's, há que se ampliar as práticas holísticas de desenvolvimento, nas quais sejam considerados não somente os aspectos econômicos, mas a correlação dos aspectos sociais, políticos, ambientais, com o acesso aos serviços sociais básicos, cuidados ambientais e engajamento político-institucional.

**Palavras-Chave:** Sucessão. Assentamentos rurais. Polos Agroflorestais.

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte da dissertação de Mestrado “Os Pólos Agroflorestais como política de desenvolvimento rural sustentável em Rio Branco no Acre: da proposição à realidade”, defendida em 2008, cujos dados sofreram atualização em 2012.

<sup>2</sup> Professor da rede estadual de ensino do Governo do Estado do Acre. Doutorando em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp/SP, São Paulo, SP, Brasil. [elysonsena@hotmail.com](mailto:elysonsena@hotmail.com)

<sup>3</sup> Doutora em Ciências Sociais pela PUC/SP e Professora associada do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. [nalmeida@ufv.br](mailto:nalmeida@ufv.br)

<sup>4</sup> Doutora em Sociologia na área de Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade pela UFRRJ/RJ, Professora Associada do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. [louisefiuz@ufv.br](mailto:louisefiuz@ufv.br)

## **2. ABSTRAT**

Since 1990, Agroforestry Poles become to be implemented in Rio Branco, Acre, as an alternative of sustainable development and as a policy to mitigate the social and environmental problems of the county. This paper analyzes the feasibility of this policy from the point of view of the economic conditions and the consumer spending of the settlers. 90 families were interviewed, having been heard the main supporters of the nuclear family. The results revealed a picture of deprivation related to the living conditions of the families that undermines the succession and the sustainability of the Poles. It is concluded that the holistic practices of development must be enlarged in order to improve the actual living conditions of the families residing in AP's. Furthermore, there has to be considered not only the economic aspects, but also their correlation with social, political and environment aspects, and with the access to the basic social services, environmental care and institutional-political engagement.

**Keywords:** Succession. Rural settlements. Agroforestry Poles.

## **3. INTRODUÇÃO**

Os modelos de desenvolvimento direcionados para a Amazônia, sobretudo na década de 70, trouxeram mazelas para as populações tradicionais tanto nos aspectos socioeconômicos, como nos ambientais (SILVA, 1990; RÊGO, 2002). Como exemplo destes eventos, podemos citar a forte migração para as cidades e os crescentes desmatamentos ocasionados com a implantação de pastagens e a prática da agricultura itinerante dos assentamentos tradicionais. Segundo Souza (2002), as modalidades de assentamentos tradicionais propostos pelo Incra para a Amazônia e o Acre foram idealizados a partir de um estudo realizado em 1971, intitulado “Metodologia para Programação Operacional dos Projetos de Assentamento de Agricultores” e contava com a assistência do governo federal em seis programas de apoio ao agricultor, os quais seriam: distribuição de lotes de terra; organização territorial; organização administrativa do projeto; organização do assentamento; e organização das unidades agrícolas e da infraestrutura física destas unidades. O acesso aos demais direitos sociais básicos como saúde, educação, transporte, saneamento, crédito, dentre outros, não teriam a

participação direta do Incra, antes, porém, seriam de responsabilidade do governo local ou dos próprios beneficiários.

Na prática, estes assentamentos eram distantes das cidades, sem a devida infraestrutura, o que proporcionava isolamento, dificultando o acesso daquelas famílias aos benefícios da assistência técnica, escoamento e comercialização de produção. Do ponto de vista produtivo havia neles o cultivo de culturas temporárias e permanentes via agricultura itinerante, considerada por alguns, como nociva ao meio ambiente, além da extração vegetal e a criação de animais de médio e pequeno porte. Diante das precárias condições vivenciadas pela maioria das famílias, da falta de estruturação daqueles assentamentos e dos baixos preços obtidos pelos poucos produtos agrícolas que eram comercializados, o êxodo era inevitável. Em síntese, os modelos de assentamentos tradicionais implantados na Amazônia e no Acre desde 1970 apresentavam o rural como uma ideia de oposição ao urbano, cuja dissociação entre estes espaços era latente.

No caso do Acre, estes impactos socioeconômicos e ambientais foram bastante significativos ao longo das décadas, exigindo por parte do poder público uma ação que os amenizasse. Considerando o crescimento dos índices de desmatamento no Estado, o poder público municipal de Rio Branco pensou na elaboração de uma política pública, que, segundo ele, fosse adequada à região e capaz de conciliar a resolução de problemas ambientais, econômicos e sociais, fundamental para conter o êxodo rural. Era a implantação dos Polos Agroflorestais (PAs), com base na implantação de Sistemas Agroflorestais<sup>5</sup> (SAFs). Desse modo, o poder público acreditava estar propondo às famílias ali assentadas a responsabilidade pela preservação ambiental e por sua caminhada rumo à autossuficiência econômica, ambiental e social. A Cartilha de Sistemas Agroflorestais apresenta três modelos de SAFs viáveis para a região amazônica, são eles: capoeira melhorada, agrofloresta e os quintais florestais (HENRIQUE, 2001).

Até 1992, ano que antecedeu a criação dos primeiros Pólos Agroflorestais (PAs) na região, os dados sobre o aumento das áreas desflorestadas no Acre, evidenciavam a necessidade de reflexão sobre as formas tradicionais de uso da terra. Paralelamente a

---

<sup>5</sup> Conforme Rêgo (1996), o SAF é a associação entre espécies lenhosas (árvores, arbustos, palmeiras) e cultivos agrícolas, na mesma área, de forma simultânea ou sequencial. Na forma de Polos Agroflorestais, esse sistema se caracteriza pela associação de frutas nativas e espécies florestais, com eventual intercalação de culturas anuais alimentares e ocasional complementação do criatório de animais.

isso, urgia a necessidade de perspectivas que combinassem tanto a preservação dos recursos naturais, quanto a elevação do nível de renda dos agricultores familiares. Percebeu-se também que os modos agrícolas tradicionais praticados na região apresentavam carências de tecnologias apropriadas e a realidade vivenciada era a utilização de tecnologias inadequadas que operavam com baixa eficiência econômica e algumas degradações ao meio ambiente. No aspecto ambiental, alguns estudiosos defendiam o modelo de SAFs como vitais para a região amazônica, pois estes modelos poderiam ser vistos como métodos mais apropriados para o meio rural amazônico, uma vez que os cultivos perenes dão maior proteção ao solo, conciliando a produção de alimentos com a conservação dos recursos naturais e a manutenção da biodiversidade (BATISTA, 2004; HOMMA, 1992). Para estes estudiosos, os SAFs que associam culturas perenes, anuais e espécies naturais apresentavam várias formas de sustentabilidade, pois representam uma forma sustentável de interação entre o homem e o meio ambiente.

Em sua formatação original, a política de PAs visou a atender às famílias do tipo nucleares (composta por pai, mãe e filhos) de tradição rural, que outrora foram excluídas do campo e viviam à margem social. Neste sentido, os gestores municipais planejaram os PAs como uma alternativa de desenvolvimento sustentável e, na visão dos idealizadores, uma contribuição do Estado para amenizar os problemas de ordem social e ambiental no município. Na sua proposta, os PAs se apresentaram como uma modalidade de assentamento capaz de propiciar associação entre espécies lenhosas (árvores, arbustos, palmeiras), cultivos de produtos agrícolas, a chamada lavoura branca (arroz, feijão, mandioca e milho), cultivo de diversos tipos de frutos e criações de animais de pequeno e médio porte. Esse cultivo, plantado numa mesma área, de forma “harmônica e coesa”, constituir-se-ia numa alternativa de uso sustentado de todos os recursos do ecossistema. No discurso oficial, os PAs de Rio Branco aparecem como “uma importante modalidade de assentamento, além de uma exemplar *forma de fixação do homem no campo*<sup>6</sup> e uma significativa política de desenvolvimento sustentável” (RIO BRANCO, 1994, p. 4). Acreditamos que uma das faces da viabilidade dos PAs em termos da reprodução econômica e social dos grupos familiares está profundamente atrelada às gerações mais jovens e ao processo de sucessão nos Pólos.

---

<sup>6</sup> Grifo nosso.

Partindo, pois, da realidade dos PAs, tanto em termos do modelo agropecuário empregado, bem como da realidade vivida pelas famílias, buscou-se compreender em que medida esse modelo de assentamento avançou em relação aos modelos tradicionais. Neste artigo buscamos discutir os PAs como uma alternativa sustentável a partir da análise das suas condições econômicas e consumo familiar. Para tanto, num primeiro momento buscamos contextualizar o lugar das políticas públicas como estratégias de redução da pobreza. Em seguida, na apresentação dos resultados da pesquisa buscamos caracterizar o perfil socioeconômico e a trajetória das famílias residentes nos Polos estudados. A seguir, analisamos a realidade e econômica e de consumo das famílias dos Polos.

#### **4. METODOLOGIA**

Esta pesquisa de cunho descritivo foi desenvolvida nos Polos Agroflorestais, especificamente nos PAs Geraldo Mesquita e Geraldo Fleming, na capital do Acre, Rio Branco. O município é cortado pelas rodovias BR-364, BR-317, AC-090, AC-040 e AC-010. Faz fronteira com o Estado do Amazonas e com os municípios de Bujari, Capixaba, Plácido de Castro, Porto Acre, Sena Madureira, Senador Guiomard dos Santos e Xapuri. Dos cinco PAs geridos pela Prefeitura Municipal de Rio Branco, decidiu-se realizar a pesquisa nos Polos Geraldo Mesquita e Geraldo Fleming. Como critério de escolha para estes dois Polos, considerou-se o tempo cronológico de implantação: o mais antigo e o mais recente; os que possuíam o maior número de famílias assentadas; e a diferença de localização geográfica entre os dois. Em relação a esse último critério, acreditava-se que a proximidade dos centros urbanos pudesse interferir positivamente na sustentabilidade econômica dos Polos, especialmente na possibilidade de desenvolvimento da pluriatividade<sup>7</sup>.

O instrumento metodológico utilizado foi a entrevista feita junto às noventa famílias residentes nos PA's. Elegemos como sujeito para as análises do processo de sucesso no Pólos Agroflorestais, um dos mantenedores principais do grupo familiar (o pai ou a mãe) e um dos filhos (o mais velho ou o mais próximo do mantenedor

---

<sup>7</sup> Para Schneider (1999), o termo pluriatividade pode ser definido como o conjunto de atividades não-agrícolas que os membros de determinados grupos familiares rurais desenvolvem dentro ou fora de suas propriedades, ampliando a diversificação das atividades econômicas e produtivas

entrevistado e que tivesse mais de 15 anos de idade). Assim, foram ouvidas 47 famílias (representadas por um dos pais) e 27 filhos no Polo Geraldo Mesquita e 43 famílias (representadas por um dos pais) e 20 filhos no Polo Geraldo Fleming<sup>8</sup>. Os resultados foram desenvolvidos a partir de estatística simples e da análise das falas dos entrevistados que nos auxiliaram no aprofundamento da realidade dos Polos Agroflorestais em Rio Branco, Acre.

Esclarecemos também que esta pesquisa teve preocupação em resguardar o proposto na Declaração de Helsinki (1975, revisada em 1983), prezando pela participação voluntária dos sujeitos, considerando o bem-estar dos participantes que prevaleceu sobre os interesses da ciência e da sociedade.

## **5. PERFIL SOCIOECONÔMICO E TRAJETÓRIA DE TRABALHO DAS FAMÍLIAS NOS PÓLOS AGROFLORESTAIS**

Na contextualização do perfil das famílias residentes nos Pólos Geraldo Mesquita e Geraldo Fleming, constatou-se que a grande maioria das famílias é oriunda de municípios do Estado do Acre, sendo o restante procedente de outras regiões do país: Amazonas, Rondônia, Ceará, Paraná, Piauí, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Em geral, trata-se de descendentes daqueles que chegaram ao Acre atraídos por políticas de incentivo para trabalhar com extrativismo vegetal da borracha ou pela “expansão da fronteira agrícola”.

A maioria das famílias beneficiadas por esta política pública atende aos critérios de seleção exigidos pelo programa, ou seja: famílias provenientes de zona rural, vivendo em zonas de risco social (periferias), com experiência com atividades rurais (plantio ou criações de pequenos animais), desempregadas ou subempregadas, casadas e com famílias numerosas. No entanto, uma parte dos moradores teve acesso aos lotes mediante sua compra junto a antigos assentados evidenciando que o Polo vem sendo objeto de especulação imobiliária<sup>9</sup>. Em relação a esse grupo, observa-se uma não

---

<sup>8</sup> Destacamos que, durante a pesquisa, a maior dificuldade para entrevistar os filhos foi devido ao grande número deles estar ausente (na escola, em outras localidades, ou trabalhando na cidade). Assim, foram entrevistados os filhos que estivessem em casa e disponíveis para as entrevistas.

<sup>9</sup> Tal processo de busca do meio rural para formas de lazer e até mesmo de meios alternativos de vida no campo por pessoas vindas da cidade tem sido estudado por vários estudiosos do tema (CARNEIRO, 2007; WANDERLEY, 2001).

adequação aos critérios de admissão nos Pólos. Sendo possuidores de maiores rendas, esse grupo declarou não desempenhar nenhuma atividade rural, seus componentes não estavam “subempregados” e nem viviam em áreas de risco social.

A maior parte das famílias de ambos os Pólos, anteriormente, residia em zonas urbanas, totalizando 80,85% dos entrevistados do PA Geraldo Mesquita e 55,81% do PA Geraldo Fleming. Em geral, estas famílias residiam em bairros considerados “zona de risco social”, como os bairros que são formados por invasão de pessoas oriundas de zonas rurais de Rio Branco ou de cidades vizinhas. Procedendo do meio rural, contabilizaram-se 19,15% das famílias entrevistadas no PA Geraldo Mesquita e 44,19% no PA Fleming<sup>10</sup>. Por estar relativamente mais próximos das localidades tidas como “periféricas” ao entorno da cidade de Rio Branco, o PA Geraldo Mesquita absorveu maiores contingentes advindos do meio urbano quando comparado ao Geraldo Fleming.

Na trajetória de trabalho das famílias, os maiores percentuais estiveram associados às famílias que viviam em condições de subemprego ou desemprego associando o Programa a um forte cunho social. 31,91% de famílias do Pólo Geraldo Mesquita e 30,23% do Pólo Geraldo Fleming estavam subempregadas. Nesse caso, desempenhando atividades que lhes resultavam em baixos rendimentos, atuando em serviços gerais e pequenos serviços autônomos, como “roçador de quintais”, lavadeira de roupas ou pequenos serviços autônomos como pedreiro, carpinteiro, cabeleireiro. Um percentual pequeno dos mantenedores vivia no desemprego involuntário (2,13% no Pólo Geraldo Mesquita e 6,98% Pólo Geraldo Fleming). E, vinculadas de forma prioritária às atividades rurais relacionadas ao cultivo ou criações de animais, ou seja, tendo nas atividades agrícolas sua principal atividade principal estiveram relacionadas 23,40% dos mantenedores no PA Geraldo Mesquita e 20,93% no PA Geraldo Fleming. Percentuais menores, mas não menos significativos tinham suas atividades econômicas relacionadas ao meio urbano no setor público ou na iniciativa privada<sup>11</sup>. E percentuais

---

<sup>10</sup> As origens variam de seringais localizados nas cidades dos Vales do Acre e Purus, margens de vias federais e estaduais como a BR-364 sentido Rio Branco-Sena Madureira, de Boca do Acre, Transacrea e Bonal, além de outros Polos, Assentamentos e fazendas.

<sup>11</sup> 17,02% do Polo Geraldo Mesquita e 6,98% do Polo Geraldo Fleming trabalhavam no setor público, exercendo funções de gari, vigilantes, serventes em escolas; 6,38% do Polo Geraldo Mesquita e 11,63% Pólo Geraldo Fleming trabalhavam na iniciativa privada, como balconista em lojas ou empregadas domésticas.

significativos dos mantenedores já estavam aposentados quando foram morar nos assentamentos<sup>12</sup>.

Os dados referentes à faixa etária mostram que 11,21% das pessoas que compõem as famílias do Polo Geraldo Mesquita e 10,99% das que formam o Polo Geraldo Fleming estão numa faixa populacional igual ou superior a 65 anos. Esse grupo representa um segmento que requer maiores cuidados e atenção no que diz respeito à sua proteção financeira (aposentadoria), cuidados com a saúde, além da necessidade de ter opções de lazer. Moradores com idade de 26 aos 55 anos cuja faixa é considerada ideal para inserção no mercado de trabalho e desenvolvimento de atividades produtivas contabilizaram 29,59% das famílias do Polo Geraldo Mesquita e 34,02% do Polo Geraldo Fleming. Ambos os Polos possuem percentuais significativos de população de jovens: 59,19% dos componentes das famílias do Polo Geraldo Mesquita e 69,87% do Polo Geraldo Fleming têm residentes em idade de até 25 anos. Essa fração representa um importante segmento objeto das políticas educacionais, de renda, esporte e lazer. Além disto, os indivíduos desta faixa etária se constituem nas gerações que podem ser os sucessores dos pais quanto à futura propriedade nos Polos.

## **6. A DIMENSÃO ECONÔMICA DOS POLOS AGROFLORESTAIS**

Geralmente, as informações sobre dados econômicos, como trabalho, renda, volume de produção, comercialização etc., têm maior destaque nas avaliações sobre condições de vida e perfis socioeconômicos de determinadas comunidades, pois estes indicadores podem evidenciar em qual nível da “pirâmide” ou estratificação social certas comunidades se encontram. Este estudo está embasado nos pressupostos de Sen (2000) que considera a utilidade dos aspectos econômicos como fomentadores das liberdades substantivas, considerando o estado de encadeamento entre renda e privações de capacidades.

Para autores como Schneider (1999) e Silva (2002), o meio rural vem passando por mudanças, e o grupo familiar é seu maior sustentáculo. Com isso, o trabalho familiar na agricultura tem um importante papel no empoderamento desses grupos

---

<sup>12</sup> 22,13% dos moradores do Polo Geraldo Mesquita e 4,65% do Polo Geraldo Fleming.



familiares. Conforme Sandroni (1999, p. 39), estes grupos sociais se dedicam a atividades agrícolas, baseando-se no trabalho da família e têm sob sua propriedade os instrumentos de trabalho e autonomia total ou parcial na gestão da propriedade.

Segundo Cardim (2003), as formas de trabalho desempenhadas por pequenos estabelecimentos rurais podem representar maiores benefícios e vantagens para a renda de grupos familiares de uma dada região do que para a economia em termos macroeconômicos. É neste contexto que a agricultura de base familiar surge como importante estratégia para reduzir o desemprego e propiciar possibilidades de geração de renda, autoconsumo e subsistência. Para Wanderley (2001), a agricultura familiar é aquela em que a família é simultaneamente a proprietária dos meios de produção e assume o trabalho nas unidades de produtivas. Esta é a realidade produtiva vivenciada nos Polos, pois as famílias ali assentadas obedecem a essa lógica da agricultura familiar, tal como mostram as fotos a seguir. A Foto 1 mostra o trabalho familiar praticado nos PAs de Rio Branco no Acre.

Foto 1 – Trabalho familiar praticado nos Polos.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Os Polos mantêm condições de geração de renda para um grupo de pessoas que outrora sofriam de várias privações, especialmente as de cunho econômico. Em ambos os Polos, a produção agrícola foi a que mais contribuiu para a renda das famílias. A prática de atividades rurais foi a que mais se efetivou em ambos os Polos (Tabela 1). Essa é a atividade principal dos homens, mas também ocupa parte do tempo das mulheres que, em geral, são donas de casa ou empregadas doméstica, enquanto os filhos, na sua maioria, são estudantes. Mesmo satisfeitas com as atividades econômicas

que estão desenvolvendo, a maioria das famílias de ambos os Polos deixou evidente que tem interesse em atividades adicionais àquelas que já realizavam. As prioridades nomeadas por eles foram: criações de peixes, culinária (bolos, doces caseiros, bombons com recheio de frutas tropicais) ou plantação de novas culturas, atividades essas que vêm relacionadas por autores como Graziano da Silva ao “novo rural brasileiro”. Essas atividades foram secularmente praticadas por várias famílias do Brasil, quer por hobbies ou atividades de “fundo de quintal”, mas até recentemente não havia sido dada a elas a importância econômica para a reprodução das famílias, pois elas fazem parte da caracterização de um novo rural (SILVA, 2002).

Tabela 1 - Condições de produção e situação econômica nos pólos agroflorestais Geraldo Mesquita e Geraldo Fleming. Rio Branco, Acre. 2012

<b>Componentes Analíticos da Situação Econômica</b>	<b>Polo Geraldo Mesquita</b>	<b>Polo Geraldo Fleming</b>
<b>Atividades Atuais do Entrevistado*</b>	<b>%</b>	<b>%</b>
Aposentado	1,26	0,43
Dona de casa	18,83	25,43
Estudante	31,38	26,29
Empregados formais	11,30	1,72
Serviços rurais	32,64	46,12
Serviços gerais	4,60	-
<b>Destino da Produção*</b>	<b>%</b>	<b>%</b>
Atravessador	29,79	46,51
Clientes fixos	25,53	9,30
Feira livre/mercados	27,66	37,21
Não está produzindo	10,64	6,98
Prefeitura/Governo/Fome Zero	17,02	2,33
Autoconsumo	8,51	4,65
<b>Deseja Atividades Adicionais?</b>	<b>%</b>	<b>%</b>
Sim	68,09	76,74
Não	31,91	23,26
<b>Recebe Benefícios Monetários</b>	<b>%</b>	<b>%</b>
Sim	17,02	23,26
Não	82,98	76,74
<b>Tipo de Benefício</b>	<b>%</b>	<b>%</b>
Aposentadoria	62,5	50
Pensão	12,5	10
Programas sociais	25	40

Fonte: dados da pesquisa. Rio Branco-AC.

Nota: sinais convencionais utilizados: - Informação não mencionada na entrevista; e  
\*componente para o qual se admitiu mais de uma resposta por entrevistado.

Os dados da Tabela 1 mostram que, em ambos os Polos pesquisados, a maior parte da produção é apropriada pelos “atravessadores”, ou seja, pessoas que compram a produção a preços baixos dos grupos familiares e revendem a preços mais elevados, auferindo para si os lucros dos produtos dos PAs. Ao longo dos anos, os atravessadores vêm se inserindo nos Polos, comprando a produção *in loco*, eliminando o trabalho do produtor de transportar a produção para as feiras e as incertezas quanto à comercialização dos produtos, mas essa prática não justifica os baixos rendimentos da atividade agrícola e interfere na eficiência econômica das famílias em ambos os Polos. Na sequência de destinação da produção, destacam-se as feiras livres, mercados e clientes fixos como restaurantes e agroindústrias da cidade e até órgãos governamentais por meio do Programa Fome Zero. Nestes casos, existe relação direta entre as famílias e os consumidores finais. À época da pesquisa, cinco entrevistados do Polo Geraldo Mesquita (10,64%) e três do Polo Geraldo Fleming (6,98%) declararam não estar produzindo por motivos da idade avançada ou de residir há pouco tempo no assentamento. Afirmaram produzir somente para a subsistência das famílias (autoconsumo), quatro famílias do Polo Geraldo Mesquita (8,51%) e duas do Polo Geraldo Fleming (4,65%).

A grande maioria dos entrevistados afirmou não receber nenhum complemento que não seja de atividades rurais. Entretanto, 17,02% dos entrevistados do Polo Geraldo Mesquita e 23,26% do Polo Geraldo Fleming afirmaram serem beneficiários de aposentadorias e recebimento de Programas Sociais como o “Bolsa Família”. De um modo geral, a maioria das famílias entrevistadas afirmou que a situação econômica vivenciada nos Polos está melhor que antes, justificando suas respostas na possibilidade de exercício de uma atividade que permita geração de renda e subsistência da família.

No caso do Polo Geraldo Mesquita, os produtos agrícolas foram responsáveis por 75,5% da renda bruta total, dos quais 47,02% se referiram à renda oriunda da comercialização de frutas, 20,17% corresponderam às hortaliças e apenas 8,32% à renda gerada pela lavoura branca. A ínfima participação da lavoura branca na renda das

famílias explica-se pela baixa qualidade do solo, degradado pelas atividades agropecuárias quando esta região ainda consistia em áreas de fazenda, motivo que levou a implantação do Polo com base no modelo de sistemas agroflorestais como meio de promoção da sustentabilidade ambiental.

Nestas condições, a insistência no cultivo de lavoura branca revela-se muito penosa ao produtor rural, exigindo um maior dispêndio em insumos, materiais e energia humana para aumentar a produção e produtividade das culturas<sup>13</sup>, o que aumenta os custos de produção, que se tornam insustentáveis frente à concorrência com os produtos industrializados. Esses, em geral, possuem custo inferior e melhor qualidade, refletindo assim em uma reduzida renda bruta obtida ao final do processo produtivo, se comparada com os demais produtos trabalhados nos lotes. Dessa maneira, a produção e comercialização de frutas e hortaliças revelam-se uma fonte alternativa de renda, tendo em vista sua melhor adaptação ao tipo de solo disponível no Pólo, o baixo custo de produção e a proximidade do Polo com as áreas comerciais de Rio Branco. Esse último aspecto apresenta-se como um paradoxo, pois, se por um lado a proximidade favorece à comercialização, por outro, pode levar ao aumento na redução de mão-de-obra disponível para a produção agrícola, que busca na cidade oportunidades de trabalho e emprego, tal como pode ser visualizado nos dados sobre as atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias.

Por outro lado, as criações de pequenos animais e seus derivados tiveram um caráter complementar na renda dos moradores do Polo Geraldo Mesquita, representando 24,5% da renda bruta total, da qual 17,97% corresponderam especificamente à renda obtida pela criação de aves, 3,34% referentes à criação de peixes e 2,27% à criação de bois. Esses resultados corroboram a forma como tradicionalmente são praticadas as atividades de criações nas pequenas propriedades rurais do Acre, ou seja, com o papel de atender à subsistência das famílias, complementar à renda ou servir como uma espécie de garantia (poupança) diante de alguma eventualidade. Um aspecto interessante desses resultados refere-se à reduzida participação da criação de bois no conjunto das criações, considerando que esse produto normalmente faz parte do “desejo de consumo” dos produtores rurais. No entanto, esse decréscimo quanto à criação de bovinos não ocorre por acaso, deve-se em primeiro lugar à característica agroflorestal

---

<sup>13</sup> Vale destacar que, para este tipo de despesas, nem todos os produtores estão dispostos e/ou preparados para realizar.

do Polo, visando à recuperação de áreas degradadas e, em segundo lugar, aos limites físicos dos lotes que têm uma área de 3,5 a 5 hectares disponíveis para a realização de todas as atividades produtivas.

No que se refere ao Polo Geraldo Fleming, a participação da produção agrícola na renda bruta total é ainda mais representativa, ou seja, com um índice de 84,04%. No entanto, vale mencionar que os produtos que compõem a produção agrícola têm participação quase equivalente na renda bruta total: lavoura branca (25,04%), frutas (25,78%) e hortaliças (33,27%). Outro aspecto a ser observado é que no Polo Geraldo Fleming a renda originária do cultivo da lavoura branca se revela mais representativa do que no Polo Geraldo Mesquita. Isso pode ser explicado pelo menos por três razões: solo mais propício para a agricultura, maior disponibilidade de mão-de-obra para o desempenho de atividades agrícolas, representado por 46,12% das atividades desenvolvidas pelos membros da família e, tendo em vista a maior distância deste Polo para a cidade, verificou-se uma forte dedicação ao cultivo de macaxeira, visando à produção de farinha<sup>14</sup>. As criações e seus derivados tiveram uma participação de 15,92% no Polo Geraldo Fleming, dos quais 13,64% foram especificamente da criação de aves e 1,86% da criação de bois.

Comparando-se os dois Polos, percebe-se que em ambos os produtos com maior participação na renda total foram aqueles de origem agrícola, dentre os quais se destacaram as frutas e hortaliças. Quanto à participação das criações, esta ocorreu como uma forma de complementar à renda das famílias, com maior destaque para a criação de aves. É importante compreender que a relevância desses produtos na renda bruta total se deve à execução de duas das metas iniciais dos Polos: implantação da hortifruticultura e implantação de criação de aves.

Verificou-se que os valores medianos da renda bruta de produção das famílias do Polo Geraldo Mesquita apresentaram um baixo nível em relação ao PA Geraldo Fleming (R\$ 209,43/mês). Este valor expressa a renda obtida pela unidade produtiva após a venda da produção no mercado. Ao comparar o valor da renda bruta com o salário mínimo atual<sup>15</sup>, constata-se que o mesmo representa apenas 33,79% deste último. Essa situação se agrava ainda mais se considerarmos que no cômputo da renda bruta não são deduzidos os custos com a produção.

<sup>14</sup> Produto em plena expansão de produção e comercialização no estado do Acre.

<sup>15</sup> Salário mínimo vigente do ano de 2012, referente ao valor de R\$ 620,00.

O baixo nível de renda originária da produção agroflorestal pode ser explicado pelo fato de grande parte das famílias ter como motivação principal para a sua permanência no Polo o acesso à moradia e não à produção. Dessa forma, a maioria das famílias visualiza o Polo como uma possibilidade de acesso à moradia, e a proximidade à cidade, muitas vezes, traz para alguns residentes o acesso a um emprego ou trabalho em atividades externas à propriedade rural, onde, na maioria dos casos, estas famílias obtêm melhores rendimentos. Conforme dados da pesquisa, 74,58% das famílias têm membros que se assalariam fora do Polo, recebendo uma renda mediana de um salário mínimo. Contudo, isso não significa que as famílias não tenham desenvolvido alguma atividade produtiva no Polo, pois nos dados da pesquisa também se constatou que 84,75% das famílias comercializaram sua produção. Todavia, conforme já mencionado, as atividades mais desenvolvidas foram aquelas que demandaram menor quantidade de mão-de-obra, tais como hortifruticultura e pequenas criações. Além disso, a baixa qualidade do solo, a dificuldade de obter preços compensadores para os produtos e a concorrência com produtos industrializados também foram fatores inibidores para a produção, tal como verificado nas percepções das famílias em algumas de suas falas.

Tendo em vista a ocorrência e magnitude de outras rendas nas propriedades rurais, consideramos pertinente analisar a medida de resultado denominada “renda bruta total” que se constitui no somatório da renda bruta da produção com a renda de assalariamento fora da propriedade rural, ambos já mencionados e a renda das transferências monetárias (municipal, estadual e federal). Essa última categoria é composta basicamente da renda proveniente de programas sociais, pensões e aposentadorias. No Polo Geraldo Mesquita, 62,71% das famílias foram beneficiadas por algumas dessas fontes de renda, auferindo um valor mediano de R\$ 177,14/mês. Analisando o indicador renda bruta total por unidade produtiva, verifica-se que as famílias desse Polo obtiveram um valor mediano de R\$ 1278,93/mês. Observando esse indicador pelo somatório da renda bruta total de todos os lotes é possível visualizar os valores parciais que compõem essa renda e perceber que 46,06% da mesma se referia à renda da produção, 32,93% à renda de assalariamento fora da unidade produtiva e 21,01% corresponderam às transferências monetárias. Com isso, percebe-se que a maior parte da renda das famílias neste Polo, no período pesquisado, foi proveniente de

recursos externos à produção agrícola, tais como: serviços remunerados na cidade e programas sociais.

Os valores medianos de outros indicadores revelaram que as Unidades de Produção Familiar (UPFs) do Polo Geraldo Mesquita tiveram um desempenho econômico insatisfatório, verificado no resultado negativo do lucro da exploração, indicando que a renda líquida (excedente) obtida pelas famílias foi insuficiente para remunerar os capitais próprios, inclusive a terra e ainda destinar uma parte restante para acumulação. Este resultado se confirma no índice de eficiência econômica, que revela que para cada unidade monetária gasta no processo produtivo, foi obtido um retorno inferior, constituindo uma situação de prejuízo para as famílias.

A análise dessas medidas é reforçada pela Margem Bruta Familiar, que consiste na medida de resultado econômico mais adequada para analisar o desempenho econômico das UPFs, uma vez que ela mostra o valor monetário apropriado pela família, que estará disponível para a aquisição de bens e serviços no mercado e reposição de capitais fixos. A MBF obtida pelo produtor do Polo Geraldo Mesquita correspondeu a R\$ 114,50/mês. Contudo, esse valor só foi suficiente para adquirir 10% dos bens e serviços no mercado, não sendo possível cumprir com as demais funções dessa medida de resultado. Para que isso ocorresse, seria necessário que a família se apropriasse de uma MBF de R\$ 1596,48/mês, sendo R\$ 1094,74 destinados para a compra de mercadorias e R\$ 501,74 para a reposição de capitais fixos. É importante mencionar que 89,47% das famílias não conseguiram obter esse valor. Estes resultados revelam que aqueles grupos familiares que tiveram necessidade de obter esse valor certamente perderam patrimônio no processo de reprodução do capital.

O indicador bens de consumo adquiridos mediante a compra expressa o valor monetário despendido pelas famílias para aquisição no mercado dos produtos de que não dispõem na propriedade rural, tais como: vestuários, calçados, gêneros de higiene e alimentícios. No Polo Geraldo Mesquita, esse valor foi consideravelmente elevado (R\$ 1095,98/mês), demonstrando uma forte dependência dos grupos familiares com relação aos mercados urbanos. Alguns aspectos devem ser observados quanto a essa dependência: a proximidade do Polo da zona urbana possibilita a obtenção de trabalho ou emprego fora da propriedade rural, contribuindo para a redução da mão-de-obra

disponível para a agricultura, ao mesmo tempo para o aumento da compra de produtos industrializados.

Outro fator importante a ser analisado refere-se à MBF/Q/h/d que representa o índice de remuneração da força de trabalho familiar, ou seja, a quantia de margem bruta familiar gerada por unidade de trabalho familiar, constituindo-se em um componente importante de análise econômica. Para sua melhor compreensão, deve ser comparada ao valor da diária paga por serviços rurais na região, que representa o custo de oportunidade da mão-de-obra do produtor rural. No Polo Geraldo Mesquita, a MBF/Q/h/d foi de R\$ 36,00, que comparada à diária da região de R\$ 35,00 demonstra que seria praticamente indiferente empregar a força de trabalho no lote ou fora dele. No entanto, devido à proximidade do Polo com a cidade, o índice de remuneração da força de trabalho familiar tem mais sentido se comparado com o salário mínimo pago em outras modalidades de trabalho ou emprego. Portanto, quando se confronta o valor da MBF/Q/h/d auferido com atividades agroflorestais com o valor diário de R\$ 20,67 (calculado com base no rateio diário do salário mínimo vigente na época da pesquisa), verifica-se que seria mais vantajoso para as famílias trabalhar na produção do que se assalariar fora, mas, 44,44% dos mantenedores destas famílias não optam pela agricultura devido à dificuldade do trabalho e dificuldade do solo em produzir grãos para o mercado.

Ao observar os mesmos indicadores de desempenho econômico para as significativa vantagem sobre a situação econômica do Polo Geraldo Mesquita. No entanto, isso não significa dizer que a produção rural desenvolvida no Polo Geraldo Fleming tenha alcançado eficiência econômica. No Polo Geraldo Fleming, percebe-se um nível mais elevado de renda bruta originária da produção, com um valor mediano de R\$ 829,61/mês por família, quase quatro vezes mais que a renda bruta das famílias do Polo Geraldo Mesquita. O nível mais elevado dessa renda em comparação com o outro Polo pode ser justificado por alguns fatores tais como: melhor qualidade do solo e distanciamento maior da cidade, em torno de 19 quilômetros. Este último acaba inibindo a realização de atividades externas à propriedade rural. De acordo com os dados da pesquisa, 39,29% das famílias têm membros que se assalariam fora do Polo Geraldo Fleming, recebendo uma renda mediana de R\$ 434,00/mês (70% de um salário mínimo, valor recebido pelas famílias do Polo Geraldo Mesquita). Neste Polo, tanto o



percentual de famílias que trabalham na cidade, quanto a renda recebida mensalmente por elas é bem menor quando comparada às atividades rurais. Dessa forma, um número maior de pessoas ficou disponível para o trabalho na produção rural. Os dados da pesquisa mostram que no Polo Geraldo Fleming a quantidade de força de trabalho familiar disponível por mês foi em torno de 5,08 homens/dia (h/d), enquanto o Polo Geraldo Mesquita dispunha de menos da metade de mão-de-obra, ou seja, 2,47 h/d, refletindo, entre outros fatores, na diferença de dedicação às atividades agrícolas existentes entre os dois Polos.

No que tange às transferências monetárias provenientes de programas sociais, pensões ou aposentadorias, o Polo Geraldo Fleming teve 37,5% das famílias beneficiadas por essas rendas,  $\frac{1}{4}$  a menos das famílias atendidas no Polo Geraldo Mesquita. Contudo, apesar do número menor de famílias atendidas, estas tiveram uma renda em torno de 3,5 vezes mais que o valor obtido pelas famílias do Polo Geraldo Mesquita.

Conferindo o indicador renda bruta total, percebe-se que as famílias do Polo Geraldo Fleming que obtiveram R\$ 1298,00/mês, pouco se diferenciaram do valor auferido pelas famílias do Polo Geraldo Mesquita. Todavia, se examinarmos pormenorizadamente esse indicador, veremos que, na soma da renda bruta total de todos os lotes, no Polo Geraldo Fleming, a maior parte (77,62%) foi de origem da produção agrícola, sendo 13,44% de assalariamento fora do Polo e 8,94% concernente a transferências monetárias de ordem municipal, estadual e/ou federal. Verifica-se assim que o Polo Geraldo Fleming, ao contrário do Polo Geraldo Mesquita, manteve menor dependência de recursos externos em relação à produção agrícola.

Entretanto, quando considerados os outros indicadores, foi constatado que as Unidades de Produção Familiar (UPFs) do Polo Geraldo Fleming também obtiveram um desempenho econômico insatisfatório, percebido no resultado negativo do lucro da exploração, demonstrando que, apesar de as famílias terem obtido uma renda líquida positiva (R\$ 398,99/mês), esta não foi suficiente para remunerar os próprios capitais e ainda reservar uma parte para acumulação. Este resultado se confirma no índice de eficiência econômica, expressando uma situação de prejuízo para as famílias do Polo Geraldo Fleming, apesar de estarem numa situação mais próxima do equilíbrio do que no Polo Geraldo Mesquita.

Quanto à margem bruta familiar disponível para as famílias, observa-se que R\$ 741,28/mês são suficientes para cobrir 74% das despesas com produtos e bens comprados no mercado, sendo necessário dispor de algum outro recurso para pagar os outros 26% de bens de consumo e efetuar o pagamento de 100% dos capitais fixos. Para as famílias conseguirem realizar todas essas remunerações, seria necessário que se apropriassem de uma MBF de R\$ 1555,66/mês: R\$ 1008,31 para a compra de mercadorias e R\$ 547,35 para a reposição de capitais fixos. Todavia, 74,55% das famílias não conseguiram alcançar esse valor. Estes resultados revelam que, apesar de aparentemente a MBF ter se mostrado elevada, ela não foi suficiente para garantir a reprodução da maior parte das famílias.

No que diz respeito à aquisição de bens de consumo no mercado, as famílias do Polo Geraldo Fleming tiveram uma despesa de R\$ 1008,31/mês, denotando pouca diferença em relação ao grau de dependência do mercado pelos moradores do Polo Geraldo Mesquita. Avaliando o valor monetário da produção destinada ao consumo das famílias, ou seja, o autoconsumo, percebe-se nitidamente a dependência destas famílias em relação aos produtos externos para garantir sua sobrevivência. Apesar do autoconsumo mensal, no valor de R\$ 79,48, no Polo Geraldo Fleming ter sido 38% maior do que no Geraldo Mesquita, ainda assim esse montante se constitui numa soma incapaz de garantir a subsistência das famílias.

Finalmente, ao comparar o índice de remuneração da força de trabalho familiar (MBF/Q/h/d) dos moradores do Polo Geraldo Fleming, em torno de R\$ 66,46, com o valor da diária paga à mão-de-obra na região (R\$ 35,00), percebe-se que seria muito mais vantajoso utilizar a força de trabalho no lote do que utilizá-la em atividades remuneradas fora do lote. Essa constatação se torna mais evidente quando a MBF/Q/h/d é confrontada com a remuneração diária de R\$ 20,67, obtida com base no salário mínimo. Esses resultados demonstram que a remuneração da força de trabalho familiar no Polo Geraldo Fleming foi mais significativa do que aquela obtida no Polo Geraldo Mesquita.

Porém, como já estudado com maior detalhe, a margem bruta familiar disponível não foi suficiente para promover uma eventual elevação no nível de vida das famílias. Esta última poderia ocorrer caso fosse reduzida a dependência das famílias com relação aos bens de consumo externos e fortalecida a produção para o autoconsumo, criando a

possibilidade de estas famílias disporem de uma parcela maior de renda para investir em suas atividades produtivas.

## **7. CONCLUSÃO**

A implantação dos Polos Agroflorestais em Rio Branco, no Acre, se constituiu numa alternativa que o poder público municipal acreditou ser viável para as famílias de agricultores familiares que estavam sem oportunidades na cidade. Do ponto de vista econômico, o projeto propunha-se a garantir a sustentabilidade por meio da geração de renda e meios de subsistência; do ponto de vista social, a proposta era dar acesso a alguns serviços sociais básicos como acesso a moradia; do ponto de vista ambiental, figurava a proposta de conservação dos recursos naturais, como a revitalização para as áreas degradadas; e do ponto de vista político-institucional, propunha-se a relação destas famílias com as instituições que pudessem auxiliar na solução de problemas locais.

Especificamente em relação à sua viabilidade econômica, objeto de estudo deste artigo, pode-se afirmar que as famílias que viviam na “marginalidade” social tiveram a chance de ter um espaço de terra que propiciasse a produção agrícola (frutas, lavoura branca e hortaliças) e a criação de pequenos animais. Para algumas famílias assentadas, a vida no Polo representou uma oportunidade de desempenho de atividade econômica, geração de renda e importante estratégia para a sua subsistência por meio do autoconsumo. Cabe, ainda, ressaltar que a proximidade dos centros urbanos possibilitou, para algumas famílias, uma considerável influência em função das possibilidades abertas pelo mercado externo, sobretudo, o de consumo. A presença de “atravessadores” comprando a produção das famílias residentes nos Polos e o baixo desempenho nas atividades agrícolas estimulou a busca de novas estratégias para a sua reprodução social, levando ao processo de interação com o mercado de trabalho urbano. Devido a esta proximidade com o meio urbano verificou-se uma considerável prática de ações pluriativas que potencializavam as chances de incremento da renda dos grupos familiares pesquisados.

No entanto, mesmo considerando que, para as famílias, o assentamento nos Polos Agroflorestais representou uma ascensão social, as análises econômicas

relacionadas à renda por elas obtidas revelou a sua ineficiência econômica, o que apontou para o desafio que o poder público tem em relação aos Polos. Nessa instância, o grande desafio para os diferentes gestores que futuramente administrarão os Polos seria o de potencializar a viabilidade econômica destes pólos, sem desconsiderar as possibilidades abertas pela relação que os assentados mantêm com as cidades. Para os assentados que manifestaram dificuldades econômicas, os maiores entraves se colocaram em termos da necessidade de maiores investimentos em assistência técnica, linhas de crédito voltadas à produção, ampliação das oportunidades de comercialização nos mercados e feiras livres da cidade.

## **8. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO**

BATISTA, Gisele Elaine de Araújo. **Alternativas de desenvolvimento sustentável: o caso da RESEX Chico Mendes e das ilhas de alta produtividade**. 2004. 93 f. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2004.

CARDIM, Fernando. **Conflito agrário**. Folha de São Paulo, 13 de julho de 2003.

CARNEIRO, Maria J.; CASTRO, Elisa G. **Juventude rural em perspectiva**. Brasília/Rio de Janeiro; Nead/Mauad, 2007. 312 p.

HENRIQUE, Nádia de Paiva. **Polos agroflorestais: perspectivas de retorno e fixação do homem ao campo?** 2001. 50 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2001.

HOMMA, Alfredo K. O. **Amazônia: desenvolvimento econômico e questão ambiental**. Viçosa. In: CONFERÊNCIA SOBRE AGRICULTURA EM MEIO AMBIENTE. NEPEMA-UFV, 1992

RÊGO, José Fernandes do. (Coord.). **Análise econômica de sistemas básicos de produção familiar rural no vale do Acre**. Rio Branco: UFAC, 1996. 53 p. (Projeto de Pesquisa do Departamento de Economia da UFAC).

\_\_\_\_\_. **Estado e políticas públicas: A reocupação econômica da Amazônia durante o regime militar**. São Luis: EDUFMA. 2002. Rio Branco/Acre, Brasil, 420 p.

RIO BRANCO (Município). Prefeitura Municipal de Rio Branco (PMRB)/Secretaria de Agricultura (SAFRA). **Polo Municipal de Produção Agroflorestal**. Rio Branco-AC, mar./1994

SANDRONI, Paulo. Novíssimo dicionário de economia. São Paulo: Ed. Best Seller. 1999. p. 168 -169 e 249 - 250.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 1 - 219.

SILVA, Adalberto Ferreira da. **Raízes da ocupação recente das terras do acre: movimento de capitais, especulação fundiária e disputa pela terra**. 1990. 79 f. Dissertação (Mestrado em Economia Regional) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1990.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas-SP: UNICAMP. IE, 2002. (Coleção Pesquisas, 1)

SOUZA, Elyson Ferreira de. **Análise comparativa dos custos totais de produção dos PAD's Boa Esperança e Humaitá**. 2002. 55 f. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos. (org) **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 2001. p. 23-56.